UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA DAS CONTRIBUIÇÕES DE CELSO FURTADO E CAIO PRADO JÚNIOR SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Raphael de Oliveira
Mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade
Federal de São Carlos (PPGEc/UFSCar)
Rodrigo Delpupo Monfardini
Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal
Fluminense-Campos e membro do NIEP-Marx.

RESUMO: Nas ciências humanas é recorrente duas ou mais teorias com mesmo objeto de estudo, porém contraditórias, coexistirem no discurso científico. As teorias de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado sobre formação econômica do Brasil, possuem o mesmo objeto, contudo possuem divergências significativas. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo mostrar por meio da crítica ontológica que a divergência entre as teorias parte da diferença de pressupostos adotados pelos autores, que geram implicações para interpretação dos processos ocorridos na economia brasileira. Como objetivo específico, esse trabalho pretende buscar semelhanças e principalmente as diferenças entre as formulações teóricas dos autores, avaliar a recepção das obras de cada autor entre os economistas e as razões para a diferença de ânimo dos economistas quanto as duas obras.

Palavras-chave: realismo crítico; crítica ontológica; filosofia da ciência.

RESUMEN: En las ciencias humanas se repite dos o más teorías con el mismo objeto de estudio, sin embargo, contradictorio y coexistente en el discurso científico. Las teorías de Caio Prado Junior y Celso Furtado sobre la formación económica de Brasil, poseen el mismo objeto, pero tienen divergencias significativas. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo mostrar por medio de la crítica ontológica que la divergencia entre las teorías parte de la diferencia de los supuestos adoptados por los autores, los cuales generan implicaciones para la interpretación de los procesos que ocurren en la economía brasileira. Como objetivos específicos, este trabajo pretende buscar las semejanzas y en especial las diferencias entre las formulaciones teóricas de los autores; evaluar la aceptación de las obras de cada autor entre los economistas y las razones para los diferentes tipos de interés para los economistas en cuanto a las dos obras.

Palabras clave: realismo crítico; crítica ontológica; filosofía de la ciencia.

Introdução

Caio Prado Júnior e Celso Furtado são cientistas sociais considerados intérpretes do pensamento econômico brasileiro, com produções bibliográficas que perpassam tanto questões teóricas sobre o desenvolvimento como a história econômica do Brasil. Em *Formação Econômica do Brasil* (1958) e *História Econômica do Brasil* (1945), Celso

Furtado e Caio Prado Jr., respectivamente, analisam os processos de formação econômica do Brasil. Evento este que é recorrente nas ciências humanas.

Apesar de apresentarem similaridades em suas teorias como a ocupação das terras americanas ser resultado do desenvolvimento do comércio europeu, que para sua reprodução toma a necessidade de colonizar, e assim produzir ou explorar recursos que atendam o comércio na Europa, Celso Furtado e Caio Prado Jr. chegam a diagnósticos diferentes, evidencia disso está presente no caráter da industrialização como provedora de desenvolvimento econômico e social.

Lançando um olhar mais atento aos diferentes diagnósticos acima citados, o presente trabalho se concentra em dois tipos de questões. A primeira diz respeito a natureza e origem da divergência nas teorias dos autores, uma vez que possuem o mesmo objeto de estudo, a formação da sociedade brasileira. Uma segunda diz respeito a recepção das obras de cada autor entre os economistas e as razões para a diferença de ânimo dos economistas quanto as duas obras.

Os esforços deste trabalho concentram em duas obras, História Econômica do Brasil de Caio Prado Júnior e Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado. A escolha das obras tem como base os seguintes motivos: (1) tratam especificamente do tema formação econômica; (2) possuem um recorte temporal do objeto de estudo próximo, com diferença de uma década; (3) especialmente na obra de Caio Prado Jr., História Econômica do Brasil, é encontrado um período histórico mais amplo analisado do que sua obra precedente, Formação do Brasil Contemporâneo.

Com o intuito de elucidar essa discussão, o trabalho está organizado em quatro seções. Primeiramente, é importante ressaltar, ainda que de forma breve as concepções fundamentais e correntes mais difundidas da filosofia da ciência que guiaram a discussão em especial o Realismo Crítico. Feito isso, uma segunda seção é dedicada a explicitar os pressupostos presentes na obra de Caio Prado Júnior e as implicações lógicas de seus argumentos, e uma terceira dedicada a Celso Furtado com o mesmo propósito. Na quarta seção, dedica-se encontrar elementos materiais no momento histórico sobre o qual as obras são escritas para encontrar evidências da diferença de ânimo entre os economistas quanto as obras supracitadas.

1. A Crítica Ontológica e o Realismo Crítico

Em tempos de hegemonia de concepções relativistas no âmbito da filosofia da ciência, e de grande influência desta na ciência econômica¹ é preciso indicar que esse trabalho parte da perspectiva filosófica/metodológica defendida pelo marxista húngaro György Lukács em sua obra póstuma *Para uma Ontologia do Ser Social* e na corrente filosófica chamada de Realismo Crítico, sendo esta última perspectiva baseada nos trabalhos do filósofo Roy Bhaskar.

O método que investiga as condições reais das ideias Lukács (2012) chama de Crítica Ontológica e Bhaskar (2008) de *crítica explanatória*. A crítica consiste em revelar a falsidade de alguma concepção ou teoria. Contudo, não é suficiente, uma vez que o objeto da crítica mesmo falso possa ser hegemônico, nesse caso é necessário também revelar as raízes desta hegemonia na própria estrutura social. Segundo Medeiros

A crítica explanatória ou ontológica refere-se, na verdade, a um tríplice procedimento crítico: (1) a demonstração da falsidade das crenças ou teorias criticadas; (2) a simultânea apresentação de uma explicação alternativa e mais abrangente da causalidade de fenômenos anteriormente significados através das crenças ou teorias em questão; (3) a indicação dos motivos reais que levam à produção e sustentação das concepções equivocadas, mistificadas e/ou ilusórias e, ainda, das condições sociais que facultam a própria crítica. (MEDEIROS, 2013, p.77-78)

Lukács (2013) argumenta, que toda *práxis* humana tem sua gênese no trabalho, logo é guiada por um pôr teleológico, ou seja, uma ação previamente pensada destinada à alguma finalidade. A ciência mesmo ganhando posteriormente certa autonomia, tem sua origem fundada no trabalho, sujeita assim ao pôr teleológico. Lukács ao examinar a condição o espelhamento da realidade como condição para o fim e meio de trabalho, afirma que

no espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade produzida, coagulando-se numa “realidade” própria da consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não é uma realidade, e não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a ela (Lukács, 2013, p.66).

¹Ver Friedman (1981) e Lisboa (1998).

Nesse sentido, para Lukács a realidade e apreensão da mesma pelo pensamento são heterogêneos, porém essa realidade reproduzida existe objetivamente, assim como a realidade investigada. Além disso, se a ciência está fundada no pôr teleológico, logo as teorias presentes no discurso científico também estão, e por mais que não se apresentem explicitamente de imediato, elas guiam alguma ação sobre a realidade.

Bhaskar (2008) apresenta argumentos na mesma direção sobre a construção teórica. Partindo da tese realista básica acerca da independência que o mundo tem de nosso conhecimento, revela a distinção fundamental entre as dimensões "intransitiva" e "transitiva" do conhecimento. Os objetos da ciência, no sentido das coisas que estudamos, seja processos físicos ou fenômenos sociais, formam a dimensão intransitiva da ciência. Segundo Collier (1994) as teorias rivais têm diferentes objetos transitivos – visão de mundo –, mas o mundo a que elas dizem respeito, a dimensão intransitiva, é o mesmo, caso contrário, o objeto não seria o mesmo, logo não seriam rivais. Para Bhaskar (2008) as teorias são parte da dimensão intransitiva do conhecimento, embora, como parte do mundo social, elas também possam ser tratadas como objetos de estudo.

Segundo Bhaskar (2008) a ação humana e a sociedade como elementos distintos, porém interdependentes, assim, a *práxis* humana, apesar de diferente da sociedade dada as suas características, como a intencionalidade (aqui podemos fazer uma analogia ao pôr teleológico definido por Lukács), ela é dependente da sociedade na medida em que só é exercida se existir condições postas pela própria sociedade, por exemplo, a fala requer a linguagem que é uma construção social. Por outro lado, a sociedade apesar de possuir independência frente a prática humana particular, é dependente das práticas humanas em geral, uma vez que ela só existe se for reproduzida pelos indivíduos.

Nesse ponto de vista, tanto Lukács quanto o Realismo Crítico defendido por Bhaskar contrapõe as perspectivas relativistas da filosofia da ciência, que defendem que toda teoria porta uma visão de mundo impossibilita o conhecimento. Autores como Kuhn (1998) e Lakatos (1989), revelam a falência da tentativa positivista de eliminar a metafísica do discurso científico, contudo ambos autores mantem o caráter pejorativo da visão de mundo. Lukács e o Realismo Crítico, diferente das perspectivas, argumentam que a visão de mundo que a teoria propicia possui relevância no discurso científico.

Segundo esses argumentos supracitados o estudo científico não se limita ao empírico, mas a objetividade seja sua existência empírica ou abstrata. Então as teorias de Caio Prado Júnior e Celso Furtado sobre a formação econômica do Brasil, nesse sentido, podem ser objeto de estudo da ciência. Por outro lado, a divergência entre essas teorias está presente não na dimensão transitiva, ou seja, na realidade, mas nos objetos transitivos, portanto, na visão de mundo.

Os argumentos vistos também sugerem que a prática humana não é isolada da sociedade, mas emerge dentro de um contexto social. Uma formulação teórica é uma prática humana que emerge do mesmo princípio, logo existem determinantes na sociedade que possibilitam o desenvolvimento de determinada teoria. Por outra via, uma teoria pode permitir ações sobre a realidade, e essas ações determinam o caráter de ação da humanidade sobre a realidade, sendo possível na realidade inclui a sociedade em caso de uma teoria ou ideia se apreendida seguida de forma generalizada na sociedade, exemplo disso, é a hegemonia teórica keynesiana que guiou políticas econômicas após a crise dos anos 1930, onde em 1938 o presidente americano Franklin D. Roosevelt chega a afirmar “somos todos keynesinos agora”².

Numa crítica a formulações idealistas como de Feuerbach, B. Bauer e Stirner, Marx e Engels (2007) argumentam que o real precede a consciência, logo as condições reais devem ser postas e explicadas para explicar o surgimento de determinada teoria e até mesmo a hegemonia. Até mesmo as falsas quando difundidas devem ser explicadas a partir de condições reais. Os autores dizem que

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal a das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem

2 The Fall of the House of Roosevelt: Brokers of Ideas and Power from FDR to LBJ - Página 226, de Michael Janeway – 2004.

de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx e Engels, 2007, p. 47).

Segundo a afirmação a teoria hegemônica é determinada por condições reais, a teoria que ganha maior difusão é aquela que é capaz de intervir ou reproduzir relações materiais que fazem uma classe a classe dominante, constituindo deste modo as ideias de sua dominação. No caso então do presente artigo a explicação para diferença de animo entre a teoria de Caio Prado Júnior e Celso Furtado está presente no tipo de sociedade que permite reproduzir, e a chave para esse entendimento não está no objeto intransitivo que elas analisam, ou seja, a formação econômica do Brasil, mas na visão de mundo que cada uma carrega.

Nesse sentido, as sessões que seguem pretendem explicitar os pressupostos presentes em ambas teorias, afim de revelar a visão de mundo que carregam e posteriormente, revelar o que tipo de sociedade que elas permitem ou não reproduzir. Posteriormente na última sessão pretende expor os elementos reais que indicam porque a teoria de Celso Furtado apresentou maior difusão na academia.

1. Caio Prado Júnior: Economia colonial e suas implicações

Caio Prado Júnior possui afinidade às ideias socialistas, mais precisamente a filosofia marxista, caracteriza as obras do autor, reflexo disso é *História Econômica do Brasil*. Em determinados momentos da obra isso se mostra explícito, seja nos trechos onde sobre a acumulação de capital, ou o do Capítulo 15 ao 27, onde retrata as relações com o capital estrangeiro e o imperialismo – elementos que desdobraram com mais detalhes adiante.

Na visão de Prado Júnior o desenvolvimento consiste na transição da economia colonial para a economia nacional. Tal visão de desenvolvimento é determinante para compreender como o autor entende o progresso da economia, e tal entendimento implica na forma como a história econômica será exposta em sua obra e quais elementos são mais relevantes a serem destacados na obra sobre a formação econômica, e por fim qual caráter possui o progresso de determinados setores da economia. Para compreender a visão de desenvolvimento, por tanto, torna-se necessário apresentar os conceitos de economia colonial e nacional.

Segundo Prado Júnior (1999), o avanço para a economia nacional implica no atendimento a interesses gerais da maioria da população de um país. A economia nacional, portanto, supõe a superação dos ínfimos padrões da vida material característicos do país e da maioria da população (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 11). Deste modo, o desenvolvimento rumo a uma economia nacional é condição para garantir ao país o conforto, o bem-estar material e moral conquistados nos países mais desenvolvidos (*Ibid*, p. 17). O surgimento de um mercado interno e um consumo significativo são bases da economia nacional, na medida em que extinguem as bases da sociedade colonial que fazem do país e da sua estrutura social e econômica um produtor de mercadorias voltadas para o consumo externo, ao invés de um consumidor interno. Em *A Questão Agrária no Brasil* onde o autor afirma:

O nosso real desenvolvimento, para ter sentido em profundidade, consistirá em outra coisa, a saber, na superação das atuais situações socioeconômicas, herdadas do passado, e sobretudo e em particular, as estruturas agrárias que mantêm uma parte considerável da população – refletindo-se daí, mais ou menos acentuadamente, no conjunto da nação – em miseráveis condições de vida, materiais, culturais, sociais – humanas em suma, podemos dizer. São esses remanescentes do nosso passado que se trata de superar, abrindo com isso perspectivas para a efetiva nivelção do país, econômica, social e culturalmente, com o mundo e civilização de nossos dias. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 13).

Portando, Prado Júnior entende que o desenvolvimento compreende a superação da economia colonial, uma mudança no centro de decisão da organização da produção para os interesses nacionais, consistindo em uma mudança qualitativa. Nessa visão de desenvolvimento põe condições de investigar os pressupostos presentes na formulação de Caio Prado Júnior, pressupostos que parte de sua visão de desenvolvimento.

Prado Júnior dedica cerca de um terço de sua obra mostrando como a economia colonial foi posta, e no restante da obra como ela ainda se manifesta, revelando como a necessidade de acumulação de capital comercial nos países europeus o Brasil transformará, a princípio, em uma colônia destinada a fornecer produtos apreciados no mercado europeu, e posteriormente em uma economia, mesmo que com um parque industrial, matinha sua característica de fornecedora de alimentos e matéria prima a Europa, com desenvolvimento subordinado ao capital imperialista. Logo a economia brasileira se articula em sua gênese

dentro as necessidades do mercado europeu, inicialmente na extração de pau-brasil, seguida pela atividade açucareira, extrativa mineral (especialmente o ouro), algodoeira e a cafeeira. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 22-23). Por fim, o autor despente esforços revelando como a atividade industrial que se instala no século XX atende às necessidades de reprodução e acumulação de capital nos grandes centros do capitalismo.

Prado Júnior (2004) tem sua análise centrada na reprodução e acumulação de capital, como ele se reproduz e onde se acumula nas diferentes atividades industriais. As atividades que precedem a indústria não apresentam mudanças na forma como se reproduz entre as atividades, a produção se realiza aqui, mas está é destinada, apropriada e acumulada no exterior. Contudo, é na indústria que pela primeira vez a atividade se destina atender à uma demanda interna.

Segundo Prado Júnior (2004) o resultado da Primeira Guerra Mundial foi a formação de grandes trustes no mercado financeiro, implicando em uma concentração e centralização de capital, a economia mundial evolui do capital industrial que se forma com a Primeira Revolução Industrial para o capitalismo financeiro. Foi dentro dessa nova estrutura que o Brasil deu continuidade ao processo valorização do café, que vinha apresentando um processo de superprodução e queda de preços desde o início século XX (*Ibid*, p. 234-235). Conseqüentemente, o capital financeiro passa a ter um papel muito maior e absoluto que no período precedente, no campo da economia do café.

Às vésperas da Crise de 1929, diminuem drasticamente a disponibilidade de capital externo para empréstimo, e ao instalar a crise cai a exportação brasileira. A política de financiamento do café é parada pelo governo, que tenta proceder com a quitação dos débitos (*Ibid*, 2004, p. 234). O processo vivenciado implicará na germinação de uma nova estrutura interna, onde a produção é destinada ao mercado interno, inicia o processo de industrialização no Brasil (*Ibid*, p. 292-293).

O autor insere a indústria em sua teoria da economia colonial. A estrutura que ainda persiste na economia brasileira impede a soberania o desenvolvimento da indústria, como a deficiência de energia, das técnicas, mercado interno e de mercado de capitais (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 257-258).

O mercado consumidor é o principal elemento que dificultava o estabelecimento da indústria moderna. O nível demográfico, econômico e o padrão de vida do país eram pequenos, com uma desarticulação entre as regiões, onde estão largamente separadas pela falta de transportes. A condição que caracteriza a indústria é a produção em larga escala, esta que no Brasil se cumprida não encontrará mercado (*Ibid*, 2004, p. 258). Por outro lado, a indústria encontra estímulos como o aumento das barreiras à importação, as emissões de meio circulante que levaram a desvalorização da moeda nacional – devido a necessidade do Tesouro Público – e a mão de obra barata. A desvalorização da moeda gerada implica em uma elevação dos preços e encarecimento da vida, que não são acompanhados pelos aumentos salariais, por outro lado a mão de obra barata favorece por um lado a extração de mais-valor, possibilitando a ampliação do lucro, por outro restringe o mercado interno. Deste modo, a acumulação capitalista no Brasil se dá a custa do empobrecimento das massas (*Ibid*, p. 265)

Apesar das dificuldades e das contradições postas dentro da acumulação da indústria brasileira, Caio Prado percebia uma produção brasileira de consumo interno, em prejuízo do setor exportador de matérias-primas, consistindo, portanto, num avanço para a economia nacional. Ao mesmo tempo notava que o processo de industrialização dado por substituição das importações era mal estruturado, pois não se estruturam um em função do outro. A construção da indústria está condicionada a condições das contas externas, onde a piora leva ao desenvolvimento do segmento que tem maior peso nas importações. Deste modo, objetiva apenas atender as necessidades que são incapazes de serem supridas por importações, continuando o país a depender de bens produtos fornecidos pelos países mais avançados, como a tecnologia, máquinas e equipamentos (*Ibid*, p. 353).

Além disso, a forma como se dá a industrialização – com aplicação de capitais externos seja por inversões diretas ou por empréstimos concedidos –, a economia continua dependente do exterior, não tão somente para a demanda de produtos locais ou matérias primas, mas dependente de capitais externos para financiar a nova etapa do capitalismo brasileiro e subordinada a remeter lucros e juros para o exterior.

O Brasil, como já mencionado, enquadrou num novo sistema, o capitalismo financeiro. O resultado disso será que ele:

1.º) Permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucros que oferecem; 2.º) Abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3.º) Porá à disposição desta indústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se espalha fora de suas fronteiras nacionais (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 271).

Deste modo, a economia brasileira inicia o processo de industrialização, com a produção voltada para o mercado interno. Contudo, a industrialização possui limites na sua estrutura e contradições que impedem seu progresso. Além disso, a forma como a industrialização se desenvolve é subordinada ao exterior, com interesses estranhos a economia brasileira. Assim, a industrialização avança no processo para a economia nacional, contudo ainda preserva elementos da economia colonial, condicionando ao Brasil em uma espécie de via colonial para o desenvolvimento da acumulação de capital nos países mais desenvolvidos.

Dentro dessa perspectiva pode adicionar mais um pressuposto assumido por Caio Prado Júnior, o imperialismo. Este último atua como um poderoso fator de exploração da riqueza nacional, tirando proveito da mais-valia do trabalho brasileiro ao seu alcance como qualquer capital. O que o distingue é que tal exploração não se faz em benefício de uma burguesia nacional, mas por classes com interesses completamente estranhos ao país. Isso é importante, pois não apenas a classe trabalhadora se desfalca, mas o país em conjunto, a medida que escoar para o exterior a melhor parcela de suas riquezas e recursos (*Ibid*, p. 280). Nesse contexto podemos perceber uma implicação importante, a burguesia cumpre papel determinante no processo do desenvolvimento, pois é ela que acumula capital e o utiliza para a reprodução do capital. O local onde ele se acumula é de importância para o progresso da economia.

3. Celso Furtado: O aumento de produtividade e suas implicações

Na sua análise sobre o Brasil, Furtado percebe que a questão do subdesenvolvimento está centrada na forma de colonização, ele entende que países vistos hoje como desenvolvidos não necessariamente passaram por um processo de subdesenvolvimento, pois esse é um

processo autônomo que surge da relação entre as economias dos diversos países (FURTADO, 2009, p. 180).

A inspiração de Furtado sobre o desenvolvimento está na ideia de atraso das economias periféricas manifesta devido à baixa difusão de progresso técnico e a tendência à evolução desfavorável dos preços de exportação dos produtos primários frente aos produtos manufaturados produzidos pelos países industrializados – hipóteses difundidas da CEPAL clássica³. Esta última que atinge negativamente economias como o Brasil, transmitindo os frutos dos aumentos de produtividade para o exterior (COLISTETE, 2001, p. 22-25).

Desta maneira, uma economia subdesenvolvida superar a sua condição é necessário gerar aumentos de produtividade e eliminar a especialização em produção de produtos primários, diversificando a economia. Nessas condições o país poderia avançar, gerando elevação da renda e níveis salariais, à medida que o progresso técnico avança e absorve mão de obra, aumentando o emprego, proporcionando o desenvolvimento do país. O desenvolvimento está ligado está ligado aspectos quantitativo.

Dois pressupostos presentes na formulação de Celso Furtado sobre a formação econômica do Brasil já foram brevemente apresentados, ganhos de produtividade e deterioração dos termos de troca. Esses são pressupostos elementares que levaram a forma pela qual o autor organiza a obra. Desta forma, primeiro será apresentado com mais detalhes cada um dos pressupostos, em seguida expor as implicações desses pressupostos, e por fim apontar onde está presente e de que forma tais pressupostos estão postos em *Formação Econômica do Brasil*.

A baixa difusão do progresso técnico se deve ao fato das economias periféricas, como o Brasil, desenvolverem estruturas pouco diversificadas e integradas com o setor-primário exportador *dinâmico*⁴ sendo, deste modo, incapaz de difundir progresso técnico para o

³ Chama-se de CEPAL clássica aqui a linha de pensamento que vigorou até os anos 80, já que existe teses que a linha de pensamento atual da CEPAL não é a mesma. Ver CARCANHOLO, Marcelo D. *Neoconservadorismo com Roupage Alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington*. Análise Econômica, vol. 26, nº 49, 2008.

⁴ O eixo dinâmico consiste num local ou estrutura produtiva que apresenta alta produtividade com importância relativa na economia. Ver exemplo em FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia das Letras, 2007. p. 105.

restante da economia, aumentando produtividade do trabalho, permitindo assim aumentos salariais reais.

Por outro lado, se existe a redução dos termos de intercâmbio para os países exportadores de produtos primários, que impedem o ganho de produtividade seja apropriado internamente, e os aumentos de produtividade é condição necessária para uma economia desenvolvida, logo o meio para escapar da redução dos termos de troca e desenvolver é a industrialização. Tal perspectiva fica clara quando Furtado afirma que “nas regiões densamente povoadas uma elevação de capital por homem – condição básica para o aumento de produtividade – só se consegue com a industrialização” (FURTADO, 2007, p. 333).

Por meio do que foi exposto fica destacado no que consiste o desenvolvimento na visão de Furtado – crescimento do produto, emprego e níveis salariais, tal como se apresenta nos países que ele chama de centrais –, e a forma para alcançar o mesmo, por o meio do aumento crescente de produtividade dos fatores, obtida por meio da industrialização.

Tomando essas premissas, não é de se estranhar em *Formação Econômica do Brasil* o foco que o autor coloca na produtividade dos fatores. A divisão do processo histórico de formação da economia brasileira em sua obra é feita em cinco partes, onde cada parte retrata um eixo dinâmico da economia, expondo formação, auge e declínio de cada um. O ciclo dinâmico da economia açucareira, mineira, cafeeira e industrial.

Até o ciclo da economia industrial Furtado (2007) não revela nenhum centro dinâmico da economia capaz de gerar integração com outros setores na economia, capaz de gerar progresso técnico e, por conseguinte, aumento de produtividade e ganhos salariais. Por outro lado, revela que esses setores tendo atividade ligada a produtos primários, levavam o país a transferir o fruto do progresso técnico para o exterior, uma vez que os preços desses produtos possuem historicamente evolução desfavorável. Contudo, é com o processo de industrialização o Brasil que Furtado mostra maior ânimo para a superação da condição de subdesenvolvimento.

Segundo Furtado (2007) a apresentação de desequilíbrios externos no Brasil é que estimularam a fomentação das indústrias. Nos anos 1930, ao mesmo tempo em que se contraía a renda do setor de exportação no Brasil, subiam os preços relativos das importações,

reduzindo as importações. No período da depressão, foram postas políticas para a manutenção do setor cafeeiro e assim do emprego da economia. As políticas sustentaram uma demanda interna. É desfrutando dessa procura interna e do aumento dos preços relativos de manufaturados externos que as inversões na indústria passam a ser mais atrativas ao empresário (*Ibid*, p. 276-277).

Deste modo, se inicia o processo que ficará conhecido como Modelo de Substituição de Importações, onde os estrangulamentos externos dão incentivos à produção interna do produto demandado pela economia local. A indústria começa a gerar inversões, absorvendo mão de obra, aumentando a procura interna, aumentando o mercado interno. Por outro lado, a inserção das indústrias geram demandas novas por insumos, máquinas e equipamentos, que a medida que tais demanda pressionam a balança de pagamentos de forma deficitária se estimula a produção local (*Ibid*, p. 283-285).

Conforme Celso Furtado afirma, o desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações dos fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho, e indústria teria esse papel de incorporar novas técnicas. Se a produtividade cresce, a renda real da sociedade cresce e a quantidade de bens e serviços à disposição dela aumenta. Enquanto o aumento das remunerações que são resultantes da elevação da renda real, acabam provocando nos consumidores, reações que vão acabar tendendo a alterar o perfil da demanda.

Em síntese, o aumento de produtividade vai fazer a renda real crescer, resultado disso é o aumento da demanda que fará com que as estruturas da produção sejam modificadas. Para podermos estudar e entender melhor o desenvolvimento econômico de um país, segundo Furtado, precisamos conhecer o mecanismo do aumento da produtividade e a forma de como é a reação da procura à elevação do nível de renda real. Deste modo, diferente de Caio Prado Júnior, para Furtado a burguesia desempenha papel, senão insignificante, ao menos pífio para o desenvolvimento.

4. Do conflito de interesses à hegemonia teórica

Nas seções anteriores já exploramos o motivo que leva a maior aceitação de uma teoria, e explicitamos os pressupostos das formulações teóricas aqui investigadas, buscando

extrair a visão de mundo e as práticas que elas permitem. Logo, se a formulação de Furtado é aceita com maior ânimo, então ela expressa ideias de uma classe dominante, que são expressão ideal das relações materiais dominantes, é então, as ideias de dominação da classe dominante, cabe então um desdobramento das relações materiais que ela permite reproduzir, e a que classe ela atende.

Do final do século XIX até a década de 30 a cafeicultura, como já vimos, desempenhou um papel de grande importância na economia brasileira, com grande expressão nas exportações e na dinâmica econômica do país, por conseguinte, esta desempenhava grande poder político sobre o Estado, influenciando na política econômica a ser adotada. Tanto que não é de se estranhar o acordo firmado entre os governos do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais conhecido como o *Convênio de Taubaté* em 1906, composto com a aplicação das medidas de valorização do café, medidas que asseguravam o rendimento do setor cafeeiro.

A política destinada ao setor cafeeiro gerava condições que favoreciam a instalação de indústrias no país, à medida que a estabilização do câmbio relativamente baixo inibia a importação, com elevação dos preços externos. Com o desenvolvimento da indústria no princípio do século XX nasce uma fração de classe com interesses específicos em suas atividades que poderão ao longo de tempo estar em arranjo ou não com as decisões da política econômica do Estado, este que sobre influências do setor cafeeiro, até então dominante.

A disputa de interesses burguesia industrial e os cafeicultores fica clara na década de 40 e 50 do século XX⁵, quando são implementados o sistema de restrição a importações e o de taxas múltiplas de câmbio, que consistia em um imposto sobre exportações de produtos primários sob formas de taxas de câmbio diferenciadas, a medida desfavorecia o setor cafeeiro, e por outro lado contribuía para o benefício da indústria instalada no Brasil.

É nos conflitos de interesses de manutenção dos rendimentos que se encontraram as divergências entre as frações da classe capitalista, de um lado ligada ao setor cafeeiro e do outro a atividade industrial. Cada fração de classe busca defender as condições materiais de

⁵ Ver Bresser, L. C. B. P. *Empresários, suas origens, e as interpretações do Brasil Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(25) junho 1994. p.14.

sua reprodução, por conseguinte, buscará pelo poder político transformar o interesse individual da classe em interesse coletivo, para assim alcançar a dominação almejada.

Toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (MARX E ENGELS, 2007, p. 48).

Posto isso, podemos extrair o seguinte: se uma classe – ou fração de classe neste caso – para dominar as demais ela necessita pôr suas ideias de forma universal, apresentando de forma racional e universalmente válidas; logo uma teoria que é difundida, posta como racionalmente válida e aceita dentro uma comunidade ela é na verdade expressão das ideias de uma classe dominante, expressão de sua ideia das relações materiais dominantes.

No capítulo dois desse trabalho, vimos que a teoria de Celso Furtado tem como plano de fundo uma perspectiva de desenvolvimento na qual a indústria desempenha um papel relevante em todo o processo de desenvolvimento. Assim, a teoria furtadiana representa bem as ideias da fração de classe industrial, apresentando de forma teórica a historiografia da economia brasileira e a importância desempenhada pela a indústria, na questão do progresso.

Caio Prado diferentemente, entende o processo de desenvolvimento como superação das amarras do passado que nos caracteriza como uma economia colonial. Mesmo com avanços reconhecidos pelo autor, a economia brasileira continuava subordinada a interesses estranhos a ela, não é diferente com o processo de industrialização no Brasil. Prado percebe uma diversidade de frações de classes dentro da classe dominante no Brasil, são fazendeiros, usineiros, burguesia industrial, burguesia mercantil etc. Não existia uma *burguesia nacional* que se opusesse a dominação da burguesia mercantil do passado ou ao imperialismo, muito pelo contrário ela se subordina a esse último. Ambos são sócios. Segundo o autor, há tensões e conflitos entre as burguesias apresentadas, contudo, estão unidas fundamentalmente.

Conclusão

O presente trabalho buscou mostrar que as formulações teóricas de Caio Prado Júnior e Celso Furtado sobre a formação econômica do Brasil, apesar de possuírem o mesmo objeto de estudo chegam a conclusões diferentes em virtude dos pressupostos adotados pelos autores. Além disso, buscou-se investigar o motivo da formulação de Furtado ser aceita com maior ânimo entre os economistas.

Com base no que foi exposto, entendemos a visão de desenvolvimento de Furtado como o aumento de produtividade na economia e que a condição de subdesenvolvimento é posta na relação com países desenvolvidos. Essa visão leva o autor assumir como pressuposto os ganhos de produtividade, que é a caracterização do desenvolvimento implicando na forma de organização da obra do autor e como ele entende no decorrer da história que a economia avançou ou regrediu; e a deterioração dos termos de troca implica na forma como a economia subdesenvolvida perde o fruto de seu progresso técnico para as economias mais avançadas, reproduzindo assim a condição de subdesenvolvimento. Celso Furtado, assim, organiza sua obra em função dos eixos dinâmicos expondo como se desenvolvem, ou seu auge e declínio, com base na produtividade dos fatores.

Caio Prado, por outro lado, entende que o desenvolvimento consiste na superação da condição de economia colonial, a condição de subordinação a interesses externos, como do capital comercial, capital industrial e capital financeiro dos países mais avançados. O autor entende que a economia brasileira estava inserida em uma dominação imperialista, dominação que se expressa e se reproduz nos empréstimos concedidos a economia brasileira e pela implantação de transnacionais no Brasil, que levavam a remessa de lucros e juros para o exterior, portanto, capturando a parte mais significativa da riqueza. Tudo isso implicava na dominação e na reprodução da condição de bases da economia colonial. Portanto para Caio Prado, o processo de industrialização, assim como todas as atividades econômicas de grande expressão que se desenvolveram no Brasil nada mais reproduzia a condição de economia atrasada, frente aos países centro do capitalismo moderno.

Deste modo, a teoria de Furtado muito mais de adequada a interesses da reprodução material de uma fração de classe que busca afirmar sua hegemonia, no caso os interesses dos industriais. Assim, podemos concluir que a teoria furtadiana sobre a formação econômica do

Brasil tem sua maior difusão e recepção entre os economistas devido ao seu caráter de atender uma necessidade de uma fração de classe ligada à atividade industrial brasileira.

Referências

- BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. New York: Routledge, 2008
- BRESSER, L. C. B. P. *Empresários, suas origens, e as interpretações do Brasil* Revista Brasileira de Ciências Sociais, 9(25) junho 1994.
- COLISTETE, R. *O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil*. Revista Estudos Avançados, vol. 15, n.41. São Paulo Jan./Abr. 2001.
- COLLIER, Andrew. *Critical Realism: An Introduction to Roy Bhaskar's Philosophy*, Londres, Verso, 1994.
- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L.; PAINCEIRA, J. P. *A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.4, p. 723-783, out.-dez., 2001.
- FRIEDMAN, M. *A metodologia da Economia Positiva*. Edições Multiplic, v. 1, nº 3, fev, 1981.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Contraponto, 2009.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- KEYNES, J. M. *Teoria dos Juros e da Moeda*. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996
- KUHN, T. *Estrutura das Revoluções Científicas*. 5ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 1998
- LAKATOS, I. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza, 1989.
- LISBOA, M. *A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda Parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica*, *Revista de Economia Contemporânea*, 113-151, Jan-Jun, 1998.
- LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MEDEIROS, J. L. *A Economia Diante do Horror Econômico – uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*, Niterói, Editora da UFF, 2013.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1961.
- PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 46ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 2004.
- PRADO JÚNIOR, C. *A Questão Agrária no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO JÚNIOR, C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo. Brasiliense, 1999.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI

Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia

Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação

23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE

Anais da Jornada: ISSN 2526-6950